



PREFEITURA DE  
**CAAPORÃ**

GABINETE DO PREFEITO

LEI N.º 773/2019

Caaporã em 19 de Dezembro 2019.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO  
ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ,  
PB, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2020 E ADOTA  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Caaporã, Estado da  
Paraíba, no uso das atribuições que lhes são cabíveis, faz saber que a Câmara  
Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º - Esta lei orça a receita e fixa a despesa do Município de Caaporã, nos termos da  
Constituição Municipal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de  
2020, compreendendo:

I - Orçamento Fiscal, e

II - Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo Único: As dotações orçamentárias constantes desta lei e dos quadros que a  
integram estão com seus valores expressos em reais (R\$).

#### SEÇÃO I

##### DO ORÇAMENTO FISCAL E DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 2.º - A Receita Total e a Despesa Total do Município de Caaporã para o exercício de 2020,  
foram respectivamente orçadas e fixadas, em valores iguais a R\$ 77.264.700,00 (Setenta e  
Sete Milhões, Duzentos e Sessenta e Quatro Mil e Setecentos Reais).

Parágrafo Único: Incluem-se no total referido neste Artigo, os recursos próprios da  
Administração Indireta, cuja programação consta de quadros específicos que integram esta  
lei.





**Art. 3.º** - A Receita será arrecadada nos termos da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta lei, observado o seguinte desdobramento em valores correntes reais:

**I - Receitas do Tesouro**

<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>77.076.607,00</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>75.498.013,00</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.818.254,00
Contribuições	98.000,00
Receita Patrimonial	156.304,00
Transferências Correntes	71.261.059,00
Outras Receitas Correntes	164.396,00
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.578.594,00</b>
Alienação de Bens	15.000,00
Transferências de Capital	1.563.594,00
<b>DEDUÇÕES</b>	<b>(7.357.640,00)</b>
Deduções do FUNDEB - Cota-Parte do FPM	(4.093.680,00)
Deduções do FUNDEB - Cota-Parte do ITR	(60,00)
Deduções do FUNDEB - Transferência do ICMS Desoneração LC 87/96	(2.200,00)
Deduções do FUNDEB - Cota-Parte do ICMS	(3.219.900,00)
Deduções do FUNDEB - Cota-Parte do IPVA	(41.560,00)
Deduções do FUNDEB - Cota-Parte do IPI - Municípios	(240,00)
<b>Total</b> →	<b>69.718.967,00</b>

*R*





**II – Receitas de Outras Fontes de Entidades da Administração Indireta**

RECEITA BRUTA	7.547.913,00
Receitas Correntes	3.274.390,00
Contribuições	2.677.787,00
Receita Patrimonial	43.580,00
Receita de Serviços	52.466,00
Outras Receitas Correntes	500.557,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentária	4.273.523,00
Contribuições Intra-Orçamentária	4.273.523,00
DEDUÇÕES	(2.180,00)
Dedução APL RPPS – Remuneração dos Recursos do RPPS	(2.180,00)
Total.....>	7.545.733,00
Total Geral da Receita.....>	77.264.700,00

**Parágrafo Único:** Durante o exercício financeiro de 2020, a receita poderá ser alterada até o nível de sub-fonte, de acordo com a necessidade de adequá-la à sua efetiva arrecadação e em função do surgimento de fontes de recursos, a exemplo da instituição de novos programas de abrangência social.

**Art. 4.º** - A Despesa Total é fixada em R\$ 77.264.700,00 (Setenta e Sete Milhões, Duzentos e Sessenta e Quatro Mil e Setecentos Reais), distribuídos da seguinte forma:

I – No Orçamento Fiscal, em R\$ 43.570.075,00 (Quarenta e Três Milhões, Quinhentos e Setenta Reais e Setenta e Cinco Reais), correspondente a 56,39% do valor da Despesa Total e:

II – No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 33.694.625,00 (Trinta e Três Milhões, Seiscentos e Noventa e Quatro Mil, Seiscentos e Vinte e Cinco Reais), correspondente a 43,61% do valor da Despesa Total.

**Art. 5.º** - A Despesa fixada, observada a programação constante dos quadros que integram esta lei, apresenta o seguinte desdobramento:





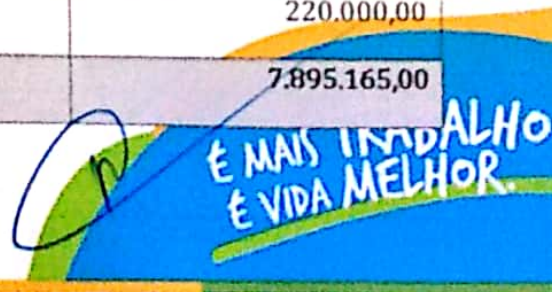
Despesa por Categoria Econômica

I – Despesas do Tesouro

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>69.147.420,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.560.078,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.572.342,00
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>9.055.723,00</b>
INVESTIMENTOS	7.243.980,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	49.043,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.762.700,00
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>166.392,00</b>
Reserva Previdenciária	0,00
Reserva de Contingência	166.392,00
<b>Total.....&gt;</b>	<b>69.369.535,00</b>

II – Despesas de Outras Fontes de Entidades da Administração Indireta

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>7.592.976,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.116.250,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	476.726,00
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>82.189,00</b>
INVESTIMENTOS	22.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	60.189,00
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>220.000,00</b>
Reserva Previdenciária	0,00
Reserva de Contingência	220.000,00
<b>Total.....&gt;</b>	<b>7.895.165,00</b>







Total Geral da Despesa.....>	77.264.700,00
------------------------------	---------------

Despesa por Unidade Orçamentária

I - Despesas do Tesouro

Código	Descrição	Valor	%
01.010	CÂMARA MUNICIPAL DE CAAPORÃ	2.739.000,00	3,54
02.010	GABINETE DO PREFEITO	959.486,00	1,24
02.020	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	475.659,00	0,62
02.030	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS	2.524.773,00	3,27
02.040	SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3.428.458,00	4,44
02.051	SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	17.534.309,00	22,69
02.060	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO	499.297,00	0,65
02.070	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	25.598.415,00	33,13
02.080	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E INCLUSÃO SOCIAL	3.019.233,00	3,91
02.081	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	1.695.840,00	2,19
02.090	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	8.478.918,00	10,97
02.100	SECRETARIA DE JUVENTUDE, CULTURA, TURISMO E EVENTOS	666.452,00	0,86
02.110	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA	604.257,00	0,78
02.120	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	625.797,00	0,81
02.130	SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO, TRANSPARÊNCIA E OUVIDORIA	192.249,00	0,25
02.140	SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E POLÍTICA	161.000,00	0,21
02.990	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	166.392,00	0,22
Total.....>		69.369.535,00	89,78





II - Despesas de Outras Fontes da Administração Indireta

Código	Descrição	Valor	%
02.011	IPSEC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CAAPORÁ	7.493.267,00	9,70
02.012	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAAPORÁ - SAAE	401.898,00	0,52
Total.....>		7.895.165,00	10,22

Total Geral da Despesa.....>	77.264.700,00
------------------------------	---------------

**SEÇÃO II**

**DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES**

Art. 6.º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 60% (sessenta por cento) do total da despesa fixada no Art. 2.º, observado o disposto no Art. 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Abrir créditos suplementares até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência, observado o disposto no inciso III, do Art. 5.º da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000;

§ 1.º - Não excedendo o limite previsto no inciso I, os créditos:

1. Destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas a inativos e pensionistas, dívida pública municipal, débitos constantes de precatórios judiciais, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de recursos vinculados;
2. Destinados à cobertura de despesas à conta da receita própria da administração indireta;

§ 2.º - Observados os limites a que se referem os incisos I e II, do § 1.º deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a suplementar os recursos em grupos de despesas não dotadas inicialmente no âmbito dos projetos e atividades, com a finalidade de garantir a execução da programação aprovada nesta lei;

*MP*





### SEÇÃO III

#### DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

**Art. 7.º** - Fica o Poder Executivo, autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, até o limite de 7% (sete por cento) da receita total estimadas para o exercício de 2020, observadas as condições estabelecidas no Art. 38, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000;

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 8.º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos orçamentários, contábeis, financeiros e patrimoniais contados a partir de dia 1.º de janeiro de 2020;

**Art. 9.º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Caaporã-PB, em 19 de Dezembro 2019.

  
**CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO**

- Prefeito -